

ESTUDOS PRELIMINARES - IN 05/2017

OBRA - CONSTRUÇÃO DE MURO / IFPR CAMPUS LONDRINA UNIDADE NORTE

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS:

PROCESSO: 23411.017640/2023-17

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **Contratação de empresa especializada na execução de obra de engenharia, visando construção de muro de divisa no entorno do terreno de propriedade do IFPR - Campus Londrina, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em Edital e seus anexos.**

1.2. Construção de muro de divisa com blocos em concreto estrutural com acabamento, fundação e instalação de acessórios. Área Total: 1.125,00m².

1.3. A Equipe de Planejamento designada pela PORTARIA DG/LONDRINA/IFPR Nº 616, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023, elaborou o presente Estudo Técnico Preliminar que caracteriza a necessidade da administração, apresentando os elementos essenciais para a elaboração do termo de referência, em conformidade com o disposto na [Instrução Normativa n.º 40/2020, da SEGES/ME](#).

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1. Em virtude da necessidade de manter a segurança do patrimônio público, evitando a degradação dos espaços e primando pela proteção das instalações prediais e equipamentos nos quais há investimentos de recursos públicos, se faz necessário a instalação de processo licitatório para Construção de Muro em Alvenaria, como ação de proteção por meio da Proteção Perimetral, com vistas a proteger o seu patrimônio físico, impedindo a violação dos seus espaços públicos.

2.2. De forma geral, são utilizados em uma Proteção Perimetral, materiais como muros, alambrados, grades, estrutura de madeira, estacas de concreto, ou cercas de arame farpado. No entanto, neste caso específico, o ideal é a segurança por meio de muro de alvenaria. O muro de alvenaria deve ser alto o suficiente para impedir sua transposição por pessoas não autorizada. A recomendação é de que altura mínima seja de três metros. Ocorre que o muro destas instituições de ensino são baixos e inseguros, facilitando a violação das instituições de ensino. Ocorre que o Campus Londrina Unidade Norte possui parte de sua área coberta por alambrado, porém devido a furtos constantes deste material, se faz necessário a construção de Muro em Alvenaria para coibir e proteger a Comunidade Acadêmica.

2.3. Com o aumento do quantitativo, tanto de espaço físico quanto de pessoas na instituição, faz-se necessário adotar medidas que garantam a segurança dos espaços em geral e dos usuários, do patrimônio público e pesquisas acadêmicas, dentro dos limites da Instituição.

2.4. Deste modo, à luz da disponibilidade orçamentária para o exercício de 2023, entende-se que a solução mais adequada para garantir a segurança de todos os frequentadores do IFPR - Campus Londrina é a Construção de um muro de divisa no entorno do terreno de propriedade do IFPR - Campus Londrina Unidade Norte, pois o mesmo deverá inibir o acesso à área do IFPR de pessoas não

autorizadas bem como evitar invasões, furtos e outras ações que possam comprometer o funcionamento da Instituição.

2.5. Diante da situação apresentada e primando por um dos deveres de todo servidor público, que é zelar pelo patrimônio público, justifica-se a necessidade de realização desta obra, buscando a segurança dos bens e das pessoas que circulam as instalações do IFPR - Campus Londrina e evitando invasões, furtos e outras ações que possam comprometer o funcionamento da Instituição.

3. ÁREA REQUISITANTE:

UNIDADE:	Instituto Federal do Paraná / Campus Londrina (uasg: 154699)
ÁREA:	Direção de Planejamento e Administração / Campus Londrina

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. Para a execução da obra pretendida se faz necessária a contratação de empresa que atenda, no mínimo, as exigências elencadas a seguir:

4.1.1. Requisitos de habilitação Jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira, que são as usuais para o objeto, conforme a ser disciplinado no edital.

4.2. Os critérios de qualificação técnica são:

4.2.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;

4.2.1.1. No caso de a licitante ter a sua sede em outro Estado e sagrar-se vencedora da licitação, deverá providenciar registro ou visto no CREA/PR ou CAU/PR, conforme exigência do respectivo Conselho, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;

4.3. Quanto à Capacidade técnico-operacional:

4.3.1. Apresentação de 1 (um) Atestado ou Declaração de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome da empresa licitante, devidamente acervado no CREA ou CAU, de que a licitante tenha executado obra, equivalente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, a saber:

a) Condição de serviço equivalente: Execução de obra de construção de muro em alvenaria (vedação ou estrutural) com características/complexidade similar ao objeto licitado, com comprimento de no mínimo 200m e altura de no mínimo 2m, pública ou privada, em um único atestado.

4.3.2. Apresentar registro do arquiteto ou engenheiro responsável técnico na entidade profissional competente - CAU ou CREA - e comprovante que o responsável técnico apresentado responde tecnicamente pela empresa licitante.

4.4. Quanto à Capacidade técnico-profissional:

4.4.1. Apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, equivalente em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, a

saber:

a) Condição de serviço equivalente: Execução de obra de construção de muro em alvenaria (vedação ou estrutural) com características/complexidade similar ao objeto licitado, com comprimento de no mínimo 200m e altura de no mínimo 2m, pública ou privada, em um único atestado.

4.5. A comprovação dos serviços requeridos para a qualificação profissional e operacional podem estar em um único atestado ou em atestados distintos, desde que respeitadas as exigências dos itens 4.3 e 4.4.

4.6. **Não será aceito o somatório de atestados para fins de comprovação da área mínima exigida.**

4.7. Não será aceito atestado de serviços ainda não concluídos, executados parcialmente ou em andamento.

4.8. A licitante deverá apresentar comprovante do vínculo profissional e do corpo técnico com a empresa proponente, o qual poderá ser feito através de cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (se empregado); cópia do contrato de prestação de serviços (se contratado), ambos devidamente registrados e de acordo com a legislação civil; declaração de contratação futura do(s) profissional(is) para prestação de serviço acompanhada pela anuência deste(s); ou ainda, da apresentação do contrato social ou cópia da certidão de registro de pessoa jurídica no CREA do licitante onde consta o registro do profissional como Responsável Técnico (se sócio da licitante).

4.8.1. O(s) profissional(is) indicado(s) pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverá(ão) ser obrigatoriamente o(s) profissional(is) que efetivamente irá(ão) executar os serviços e assumir a responsabilidade técnica pela execução em sua área de atuação, podendo o IFPR admitir a sua substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, caso demonstrada a superveniência do fato, ou ainda quando solicitado pela própria Contratante em função de ineficiência na execução dos trabalhos. A substituição do(s) profissional (is) deverá ser comunicada por escrito à fiscalização e a nova documentação de comprovação da capacitação técnica do(s) novo(s) profissional (is) deverá ser entregue para apreciação e aprovação da fiscalização.

4.9. A licitante deverá declarar que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o cumprimento do contrato.

4.10. O prazo para execução da obra é de 03 (três) meses, prorrogável por igual período a critério da Administração, devendo para tanto serem abertas duas frentes de serviços, no início e no fim do trecho do muro, encontrando-se na região central, previamente alocada/demarcada.

4.11. Poderão participar deste PREGÃO as empresas que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, apresentem os documentos nele exigidos e estiverem devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do Site www.comprasnet.gov.br.

4.12. Demais características técnicas da construção encontrar-se-ão no Caderno de Encargos ou Memorial Descritivo de projeto.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

5.1. O projeto assim como as especificações foram elaborados com base nas normas técnicas vigentes.

5.2. Por se tratar de execução de obra, a prática adotada é definida como habitual do mercado com a contratação de uma única empresa que execute o todo e não incorra em incompatibilidades durante a obra, respeitadas as especificidades de cada item.

5.3. A tecnologia construtiva empregada, apresenta serviços e insumos presentes em qualquer obra de construção civil presente no estado, não havendo portanto, dificuldade para a

empresa executora adquirir insumos, prejudicando a execução do objeto em questão.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

6.1. A descrição da solução como um todo, abrange a **Contratação de empresa especializada na execução de obra de engenharia, visando construção de muro de divisa no entorno do terreno de propriedade do IFPR - Campus Londrina Unidade Norte** localizado na Avenida da Liberdade, Nº 855 conjunto Ruy Virmond Carnascialli, zona norte da cidade – Londrina - Paraná CEP: 86077-080

6.2. A solução quanto à construção do muro, está consignada em projeto básico de engenharia e planilha estimativa de serviços e quantitativos.

6.3. Os normativos a serem observados na presente contratação são:

- Lei nº 8.666, de 21/06/1993;
- Lei nº 10.520, de 17/07/2002 (institui, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns);
- Decreto nº 3.555, de 08/08/2000 (regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns);
- Decreto nº 7.746, de 05/06/2012 (regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública);
- Decreto nº 9.507, de 21/09/2018 (dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União);
- Decreto nº 10.024, de 20/09/2019 (regulamento do pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia e também o uso da dispensa eletrônica);
- Portaria nº 443, de 27/12/2018 (estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21/09/2018);
- IN nº 01, de 19/01/2010 (critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências);
- IN nº 05, de 25/05/2017 (regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional);
- IN nº 40, de 22/05/2020 (dispõe sobre a elaboração dos ETPs para aquisição de bens e a contratação de serviços e obras);

6.4. Para a viabilização da contratação, sugere-se a adoção da modalidade Pregão por se tratar de Serviço Comum de Engenharia, considerando o valor estimado da contratação em R\$ 799.969,00 (Setecentos e Noventa e Nove Mil, Novecentos e Sessenta e Nove Reais).

6.5. O regime de execução para a presente contratação é a **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL** com execução indireta, por tratar-se de objeto cujas características e quantitativos puderam ser aferidos com razoável precisão na etapa de projeto. Execução indireta por demandar da contratada tanto o fornecimento dos materiais quanto a alocação da mão de obra necessária, prática comum no âmbito de instituições de mesmo porte/atividade similar.

6.6. O processo licitatório será por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP) considerando que o mesmo atende todas as premissas do Art. 3º do Decreto 7892/13, as quais seguem abaixo:

- **II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em**

regime de tarefa;

6.7. Toda a forma de execução, exigências e demais obrigações estarão descritas no Edital e seus anexos.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

7.1. Os quantitativos foram determinados a partir de levantamento de cada um dos itens constantes no projeto básico e seus apêndices, sob a responsabilidade da equipe técnica da Diretoria de Infraestrutura.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

8.1. A estimativa de preços foi realizada conforme o Decreto nº 7.983/2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, desenvolvida pela equipe de projetos da Diretoria de Infraestrutura (DI) do IFPR.

8.2. As estimativas de custo foram levantadas utilizando-se os os praticados no Sistema Nacional de Custo e Índices da Construção Civil Nacional – SINAPI, referente ao mês de Setembro de 2023.

8.3. O valor total de referência para atender a execução da obra, incluso o BDI, está detalhado no Projeto Básico.

8.4. Sendo assim, estima-se um valor total de R\$ 799.969,00 (Setecentos e Noventa e Nove Mil, Novecentos e Sessenta e Nove Reais) para a realização da presente contratação.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

9.1. O parcelamento não se aplica à contratação ora necessária, visto tratar-se da demanda de um único objeto para um local específico, o qual será prestado por um único contratado, proporcionando uma melhor gestão dos serviços, menor gasto de tempo e pessoal envolvido. Desta forma, almeja-se a solução mais vantajosa para a Administração, adotando-se medidas para evitar o comprometimento do resultado, considerando que o objetivo máximo da contratação é o atendimento da necessidade, de forma eficiente e célere, tendo em vista o objetivo institucional da contratação.

9.2. O não parcelamento da solução é mais satisfatório do ponto de vista de eficiência técnica, por manter a qualidade do empreendimento, haja vista que o gerenciamento permanece a cargo de um mesmo prestador, propiciando maior nível de controle pela Administração na execução das obras e serviços, cumprimento de cronograma e observância de prazos, mediante a concentração da responsabilidade da construção e garantia dos resultados.

9.3. Ademais, a opção pelo não parcelamento do objeto justifica-se pela relação de interdependência existente entre os itens que compõem a obra como um todo. Em análise das possibilidades, o parcelamento do objeto em duas ou mais etapas traria a possibilidade de que empresas distintas sagrassem-se vencedoras do certame. Todavia, este fato oferece alguns riscos à Administração, tais como o não atendimento de prazos ou morosidade no cumprimento do cronograma físico-financeiro, comprometendo o trabalho subsequente das demais etapas; insuficiência financeira que poderia comprometer e/ou anular o trabalho em sua integralidade. Portanto, julgamos que a execução em lote único é a decisão mais assertiva do ponto de vista técnico, considerando também que as etapas de execução do objeto em si não demandam complexidade e diferentes empresas especializadas para o feito.

9.4. Outros fatos corroboram a opção de não parcelamento. Nestes termos, cita-se a otimização da mão de obra e de material, ou seja, o encarregado, o mestre de obras e os insumos servirão no atendimento a etapas distintas desta contratação e assim, os custos de mobilização e

desmobilização não entrariam em duplicidade.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

10.1. Em função da tipologia do serviço a ser contratado não será necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO:

11.1. A construção do Muro encontra-se prevista no atual Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023 do IFPR, bem como está devidamente registrada no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) e foi incluída no Plano Anual de Contratações (PAC) 2023, do Campus Londrina.

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO:

12.1. Resguardar a área de propriedade do IFPR - Campus Londrina, garantir a segurança dos bens e comunidade acadêmica como um todo, evitando invasões, furtos e outras ações de terceiros que possam comprometer o funcionamento da Instituição.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:

13.1. Serão adotadas as demais providências previamente à celebração e execução do contrato, tais como:

- a) Seleção da proposta mais vantajosa e eficiente para a Administração, a qual se vincula às especificações do objeto, assim como aos dispositivos do Projeto Básico deste processo licitatório;
- b) Instauração do processo de contratação da empresa selecionada, após verificação das condições de habilitação da Contratada;
- c) Solicitação e acompanhamento da execução dos serviços;
- d) Realização de averiguações para validar a completude e funcionamento da solução;
- e) Designação da equipe de gestores e fiscais para acompanhamento da execução do objeto da contratação.

13.2. Para além do exposto anteriormente, deverá ser solicitado à CONTRATADA:

13.2.1. Manter os materiais sob própria guarda, não podendo o IFPR - Campus Londrina ser responsabilizado por perdas e danos decorrentes da ação de terceiros.

13.2.2. Sugere-se que as armaduras (ferragens) sejam cortadas, dobradas e montadas fora do canteiro de obras, de modo que apenas sejam posicionadas no local no momento da concretagem, minimizando assim o risco de furtos, comuns na região.

13.2.3. Dada a extensão da obra, a CONTRATADA poderá utilizar as dependências do IFPR para preparação do concreto e/ou argamassa de assentamento, no entanto, os insumos e equipamentos, como betoneiras, devem ser guardados sob responsabilidade da CONTRATADA.

13.2.4. Durante a obra a CONTRATADA deverá realizar a periódica remoção de todo entulho e detritos que venham a se acumular no local, atendendo para a legislação municipal vigente no tocante a coleta seletiva de resíduos de construção civil.

13.2.5. Os acessos à obra deverão ser sinalizados e a placa de identificação da obra, fixada em local visível.

13.3. Por sua natureza, o objeto da pretensa contratação, a ser formalizado por meio Ata de Registro de Preços. Os serviços a serem contratados não demandam capacitação de servidores para a fiscalização ou gestão da contratação, eis que a autarquia dispõe de Diretoria de Infraestrutura e conta com a colaboração de servidores do Campus demandante para diligências. Os servidores já possuem conhecimento na rotina diária a ser estabelecida com obras de tal natureza e dos respectivos serviços para receber a contratada.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

14.1. Considerando a força econômica do poder público, as contratações devem ser utilizadas em todas as suas escalas e alcances para incentivar uma nova cadeia econômica voltada para o desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade deve ser observada, no mínimo, nas dimensões social, ambiental e econômica.

14.2. Neste contexto, o regramento acerca da sustentabilidade nas contratações públicas contempla a [Instrução Normativa n.º 01, de 19 de janeiro de 2010](#), da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional), o [Decreto n.º 7.746/2012](#), que regulamenta o art. 3º da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP), o [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis DECOR/CGU/AGU, 4ª edição \(agosto/2021\)](#), que também estabelece critérios de sustentabilidade a serem observados quando da contratação de obras e serviços de engenharia, além da legislação ambiental aplicável a matéria.

14.3. Desta forma, considerando os citados normativos, a CONTRATADA deverá:

14.3.1. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei n.º 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 1, de 19/01/2010;

14.4. Como critérios e práticas de sustentabilidade, recomenda-se que a CONTRATADA:

14.4.1. Dê preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

14.4.2. Com vistas à maior geração de empregos, dê preferência à mão de obra local;

14.4.3. Dê preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo;

14.4.4. Repasse a seus empregados todas as orientações referentes à correta destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

14.4.5. Priorize a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável;

14.4.6. Faça uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

14.4.7. Faça uso de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento;

14.5. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação

correlata;

14.6. A contratada deverá apresentar soluções que obedecem as normas que regem sobre sustentabilidade e boas práticas na execução de obras.

14.7. Durante a obra deverá ser feito periodicamente remoção de todo entulho e detritos que venham a se acumular no local. Para descarte do resíduo remanescente do canteiro de obra devem ser seguidos rigorosamente a legislação vigente e a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE:

15.1. Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

16. RESPONSÁVEIS:

SÉRGIO ASSIS DE ALMEIDA	ROGÉRIO DE SANT'ANNA LIMA
SIAPE: 1559111 Presidente	SIAPE: 2190868 Membro
Marcelo Assis de Almeida	ALVARO MASSAHARU KOMIYA
SIAPE: 1802536 Membro	SIAPE: 1949080 Membro

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

PORTARIA DG/LONDRINA/IFPR Nº 616, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023

APROVAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar tendo em vista que foram atendidos os elementos técnicos exigidos no art. 7º e demais diretrizes constantes da IN SEGES/MP nº 40/2020, baseado nas Justificativas e necessidades apresentadas pelas Unidades requisitantes, por meio dos Documentos de Formalização da Demanda (DFDs).

Marcelo Lupion Poleti
Diretor Geral
IFPR Campus Londrina



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO ASSIS DE ALMEIDA, Presidente**, em 05/10/2023, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO LUPION POLETI, DIRETOR(a)**, em 05/10/2023, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALVARO MASSAHARU KOMIYA, Arquiteto**, em 05/10/2023, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROGERIO DE SANTANNA LIMA, Servidor Técnico Administrativo em Educação**, em 05/10/2023, às 22:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2604163** e o código CRC **9EB33C0E**.
